

**OS (DES) ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE:
DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À RIO+20 - EXPECTATIVAS E
CONTRADIÇÕES**

**THE INTERNATIONAL (DIS) AGREEMENTS ABOUT ENVIRONMENT:
FROM STOCKHOLM CONFERENCE TO RIO+20 - EXPECTATIONS
AND CONTRADICTIONS**

**LOS (DES) ENCUNTROS INTERNACIONALES SOBRE MEDIO
AMBIENTE: DE LA CONFERENCIA DE ESTOCOLMO A RIO+20 -
EXPECTATIVAS Y CONTRADICCIONES**

Edson dos Santos Dias

Geógrafo, Doutorado em Geografia

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR

e-mail: edias88@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa os eventos internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Conferência de Estocolmo, que resultam na explicitação das oportunidades de avanços e dos limites de proposições e ações para diminuir os problemas socioambientais mundiais. Apresentar-se-á o contexto que resultou na Conferência de Estocolmo e os desdobramentos das conferências posteriores, finalizando com o último grande evento internacional deste tipo chancelado pela ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como "Rio+20". Também se reservou atenção especial na análise da Agenda 21 e na reflexão sobre o termo "desenvolvimento sustentável".

Palavras-chave: Meio Ambiente; Desenvolvimento econômico; ONU; Desenvolvimento sustentável.

Abstract

This article analyzes that international events promoted by the United Nations Organization (UNO), from Stockholm Conference, result in exposition of opportunities of advances and limits of proposals and actions to reduce global socio-environmental problems. The background that resulted in the Stockholm Conference and the implications of the subsequent conferences will be submitted, concluding with the last major international event of this kind sanctioned by the UNO, the UN Conference on Sustainable Development, better known as "Rio +20". A special attention in the analysis of Agenda 21 has also been reserved, as well as in the reflection on the terms "sustainable development".

Keywords: Environment; Economic development; ONU; Sustainable development.

Resumen

Este artículo analiza los eventos internacionales promovidos por la Organización de Naciones Unidas (ONU), desde la Conferencia de Estocolmo, que tornan explícitas las oportunidades de avances y de los límites de proposiciones y acciones para reducir los problemas socioambientales globales. Se presentará el contexto que dio lugar a la Conferencia de Estocolmo y los resultados de las conferencias posteriores, terminando con el último gran evento internacional de este tipo, sancionado por la ONU, la Conferencia de Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible, más conocido como "Rio + 20". También se reservó atención especial en el análisis de la Agenda 21 y la reflexión sobre el término "desarrollo sostenible".

Palabras Clave: Medio Ambiente; Desarrollo económico; ONU; Desarrollo Sostenible.

Introdução

Entre as grandes questões e debates registradas na segunda metade do século XX, certamente pode-se constatar a que envolve a relação (ou contradição) entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, notadamente a posição preponderante assumida pelo complexo militar-industrial com seu metabolismo socioeconômico marcado pelo desperdício de recursos – tanto ambientais como de trabalho humano (MÉSZÁROS, 1996, p. 140).

Neste artigo, o objetivo é apresentar o enfrentamento desta questão por meio da análise do debate e da elaboração de tratados ligados à questão ambiental, produzidos nas conferências internacionais. Trata-se de um estudo realizado a partir da consulta a algumas fontes organizadas e divulgados pela ONU, e também a autores que contribuem com reflexões amplas (como Porto-Gonçalves, Mézáros e Furtado), na tentativa de construir a mediação entre a apresentação da questão específica amparada pela análise ampliada. Ao longo desse artigo pretende-se demonstrar os avanços e os limites a partir dos consensos construídos nos documentos oficiais divulgados ao final desses fóruns.

Esses fóruns internacionais são marcados por inúmeras contradições, a principal delas procurar conciliar a lógica de desenvolvimento do capital com outra lógica que atenda às necessidades humanas, aí incluso uma relação menos predatória com o meio natural, deste modo, o debate chama a atenção para questões insolúveis dentro da lógica do capital. A ambiguidade presente no

início do título deste artigo – “Os (des)encontros internacionais...” – é uma indicação da perspectiva crítica conferida a análise desses encontros internacionais chancelados pela ONU que simbolizam a necessidade e a urgência da busca de soluções, ao mesmo tempo que são marcados pela frustração e desconfiança crescente quanto aos seus resultados concretos.

Ao recuar no tempo, em busca das primeiras tentativas de se estabelecer um acordo de abrangência internacional, com o propósito de regular a ação humana sobre o ambiente, destaca-se a realizada pela Coroa Inglesa, no ano de 1900, quando promoveu em Londres uma reunião com as principais potências europeias colonizadoras com o objetivo de conter a caça indiscriminada nas colônias africanas. Denominada de “Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África”, o documento final deste encontro previa um calendário para a prática da caça nos países colonizados (RIBEIRO, 2001, p. 54).

A despeito de ser inovador para a época, o referido evento não resultava de um apelo do conjunto da sociedade em favor da causa ambientalista, mas era um desdobramento da preocupação dos países colonizadores com os recursos naturais ainda a serem explorados em suas colônias.

A “Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África” foi precursora de vários outros encontros que ocorreram ao longo das primeiras décadas do século XX. Mas, foi com a Conferência de Estocolmo (1972) que a "questão ambiental" encontrou sua face mais visível e de maior repercussão, ao menos na mídia e, eventualmente, nos programas governamentais. Estes argumentos justificam a escolha dessa Conferência como ponto de partida para a nossa análise.

A Conferência de Estocolmo e a Rio 92 como eventos indutores de uma expectativa otimista quanto ao avanço do enfrentamento dos problemas ambientais globais

O principal marco do processo de internacionalização do debate em torno dos temas ecológicos ocorreu com a Conferência de Estocolmo,

oficialmente denominada de “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”. Foi realizada na Suécia, em 1972, e representa o primeiro grande encontro organizado pela ONU para a discussão específica dos problemas ambientais que assolavam o mundo em plena Guerra Fria. Estes problemas extrapolavam as fronteiras nacionais, situação que demonstrava a necessidade de uma ação conjunta entre os diversos países atingidos para a busca de soluções.

Nesse contexto, no ano de 1969, o governo da Suécia propôs à ONU a realização de uma conferência internacional com o propósito de procurar conter ou diminuir o nível de degradação ambiental e suas consequências. Apesar da urgência quanto aos problemas identificados, esta proposta só encontrou maior receptividade após o desastre ecológico de Minamata, no Japão, que levou à morte de milhares de pessoas contaminadas pelo mercúrio, lançado ao mar pelas empresas locais (BARBIERI, 1997, p. 17).

Situações como a descrita pelo autor leva-nos a concluir que iniciativas, mesmo moderadas, de debate e busca de ações reguladoras em nível internacional, relacionadas ao meio ambiente, foram marcadas ou impulsionadas por desastres em curso ou a somatória deles, o que manifesta o caráter predominantemente reativo, mais que preventivo, desses encontros. Essas iniciativas da comunidade internacional são tardias em razão da manifesta resistência que qualquer projeto ou documento oficial internacional voltado para o questionamento do modelo econômico predominante (desdobramento inevitável) seja colocado em debate. Essa resistência tem como protagonistas os representantes das grandes corporações transnacionais, geralmente associados a setores políticos ligados ao Estado, isso mesmo quando a condução da conferência/encontro seja feita por agentes “confiáveis” ao mercado, como a ONU.

A Conferência de Estocolmo realizou-se sob influência de reuniões preparatórias e outros eventos ocorridos anteriormente. Merece destaque a divulgação do relatório “*The limits to growth*”, preparado por um grupo interdisciplinar do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) para o Clube de Roma que, baseando-se numa perspectiva neomalthusiana, alertava para o

risco do crescimento populacional intenso como o mais grave fator de comprometimento dos recursos naturais disponíveis.

Sobre este relatório, apesar de suas conclusões ideologicamente enviesadas e simplificadoras (atribuindo ao pobre a responsabilidade pela sua condição em razão do número de filhos), encontra-se em Furtado (1974) uma menção que alerta para a sua importância na época:

Não se necessita concordar com todos os aspectos metodológicos desse estudo, e menos ainda com suas conclusões, para perceber a importância fundamental que tem. [...] A importância do estudo feito para o Clube de Roma deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais. [...] Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo se formularam a seguinte questão: que acontecerá se o **desenvolvimento econômico**, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1974, p. 15-17, grifos do autor).

Furtado (1974, p. 20) ressalta, ainda, que a tese de colapso, defendida pelos autores do relatório, considera necessariamente que o modelo de desenvolvimento seguirá basicamente os padrões de consumo dos Estados Unidos e aceitar esta doutrina implica ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento.

Outro evento que exerceu forte influência sobre o encontro de Estocolmo foi a Mesa Redonda de Especialistas em Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em Founex, Suíça, em 1971, quando “[...] foram lançadas as bases do conceito de desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO, 2001, p. 74).

Divergências e polêmicas permearam a Conferência de Estocolmo, como a resistência dos governos participantes a qualquer medida avaliada como ingerência externa. Nessa frente de resistência o posicionamento da delegação brasileira destacou-se, pois identificava as medidas de proteção ambiental como restritivas ao desenvolvimento econômico do Brasil, alegando tratar-se de uma

estratégia dos países desenvolvidos industrializados para limitar o desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo.

Apesar dos conflitos, motivados pelos interesses econômicos dos países participantes, esse evento é considerado como um marco de fundamental importância no processo de internacionalização do debate e divulgação dos problemas relacionados ao meio ambiente. Também houve o fortalecimento do papel das ONGs (organizações não governamentais) voltadas à proteção ambiental, o que impulsionou muitas destas entidades em direção a um contexto de maior destaque nas décadas seguintes.

Procurando criar um mecanismo institucionalizado de intervenção concreta, o principal resultado final da Conferência de Estocolmo foi a constituição do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). A sede do PNUMA foi estabelecida em Nairobi, Quênia. Esta decisão, na avaliação de diversos ambientalistas e para Ribeiro (2001, p. 82), “Era um mau começo. Longe das atenções [da mídia] e dos recursos, o PNUMA ficaria relegado a um plano secundário. Este fato ficou evidenciado pelo tempo que se passou entre a determinação da sua sede, escolhida em 1973, e a sua instalação definitiva, 11 anos depois.”

Em 1982, foi organizada a inexpressiva Conferência de Nairobi, quando se fez um balanço do programa proposto em Estocolmo, assim como uma avaliação geral das condições ambientais em nível mundial, chegando-se a um quadro pouco otimista quanto à implementação de ações concretas que tivessem alterado de forma positiva a situação.

Dez anos depois, outro encontro com os mesmos objetivos gerais ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, momento em que foi aprovada pelos participantes uma série de intenções, voltadas para uma melhoria das condições ambientais no planeta. Também se fez um novo balanço dos progressos constatados desde a Conferência de Estocolmo.

Antes de ser abordada a Rio 92, é indispensável fazer uma análise do trabalho desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), através do seu relatório “Nosso Futuro Comum”, em razão de sua influência direta no principal documento oficial resultante da

Rio-92, a Agenda-21. Além disso, a própria Conferência realizada no Rio de Janeiro recebeu contornos prévios das discussões realizadas pela citada comissão.

A CMMAD foi criada em 1983, por decisão da Assembleia Geral da ONU, ficando também conhecida como Comissão Brundtland, em referência à presidenta da comissão, Gro Harlem Brundtland, então Primeira-Ministra e líder do Partido Trabalhista no Parlamento Norueguês - ela havia ocupado o cargo de Ministra do Meio Ambiente da Noruega entre 1974 e 1979. O relatório final, após ser examinado pelo Conselho Diretor do PNUMA, foi apresentado à Assembleia Geral da ONU, em 1987.

A importância deste relatório deve-se ao fato de ser resultado de um processo desenvolvido durante anos e contar com a contribuição de diversos pesquisadores, políticos e ambientalistas, promovendo audiências públicas em vários países do mundo. Destaca-se, ainda, pelo seu conteúdo que tem como argumento principal a formulação dos princípios do **desenvolvimento sustentável**, servindo como fonte primária para diversas ONGs e órgãos de Estado que defendem princípios semelhantes.

A ideia central que permeia o relatório refere-se ao estreitamento das dimensões econômica e ecológica que envolvem a sociedade em malhas cada vez mais apertadas e interligadas. Em razão da importância atribuída ao desenvolvimento sustentável nos documentos finais das conferências internacionais e nas questões levantadas neste artigo, considera-se necessário dispensar maior atenção sobre tal relatório. Este documento apresentou e divulgou mundialmente a mais conhecida definição de desenvolvimento sustentável, no caso aquele desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as suas próprias necessidades, o que só seria possível com um modelo econômico que conciliasse desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais disponíveis (CMMAD, 1991).

A concepção e o uso corrente da palavra “desenvolvimento sustentável” podem ser tomados como exemplo de institucionalização de um conceito, como é possível verificar através de sua utilização frequente em

discursos governamentais (nas diversas esferas do poder constituído), em projetos elaborados por ONGs e órgãos de Estado para obter financiamento de instituições financeiras internacionais e nos círculos acadêmicos.

Seu uso é tão corrente que o conceito parece adquirir uma noção consensual quanto à sua aplicação de forma regular e irrestrita, apesar de os enfoques apresentarem algumas particularidades. Frequentemente é empregado de maneira pouco crítica ou reflexiva quanto ao próprio significado.

Ainda que muitos políticos e acadêmicos continuem a utilizá-lo sem a preocupação sequer de defini-lo, em razão da sua aplicação de maneira generalizada, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser questionado, como é o caso dos geógrafos Rodrigues (2006) e Porto-Gonçalves (1996), que nas obras indicadas, fazem uma avaliação crítica do conceito. Rodrigues (2006) chega mesmo a situá-lo como uma tentativa de legitimação da continuidade de uma sociedade baseada na desigualdade social, contribuindo para a omissão quanto às contradições insuperáveis do modo capitalista de produção. Trata-se de uma análise crítica da formulação de desenvolvimento sustentável predominante, considerando-a mesmo um retrocesso, na medida em que a reivindicação principal passa a pautar-se no uso “mais racional” dos recursos naturais, sem uma dimensão que aponte para a superação do atual modelo de sociedade.

Considerando o argumento anterior, não é suficiente criticar o estilo de vida ligado às atuais formas de produção e consumo, mas, sim, o próprio modo de produção hegemônico. Pelas características inerentes ao capitalismo, a natureza e a força de trabalho do homem são transformadas em mercadorias que necessitam ser exploradas e convertidas em lucro, sendo que o valor de troca acaba por subordinar o valor de uso das mercadorias. De acordo com Marx,

Tôdas as mercadorias são não-valôres-de-uso, para os proprietários, e valôres-de-uso para os não-proprietários. Tôdas têm, portanto, de mudar de mãos. Mas, essa mudança de mãos constitui sua troca, e sua troca as relaciona umas com as outras como valôres e realiza-as como valôres. As mercadorias têm de realizar-se como valôres, antes de poderem realizar-se como valôres-de-uso. (MARX, 1989, p. 96).

Como escreve Mészáros (1996, p. 22) “O capital não trata valor-de-uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor-de-troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último.” Em razão disso, hoje, mais do que nunca, a satisfação das necessidades humanas é direcionada para um mercado no qual o consumo acelerado de mercadorias possibilite o maior lucro e estimule parcelas consideráveis da população dos países desenvolvidos e as classes sociais privilegiadas dos países subdesenvolvidos a um tipo de consumo rápido. Assim, carros, computadores, móveis e uma infinidade de outras mercadorias, para os padrões acelerados de consumo, tornam-se "ultrapassadas" em pouco tempo. Temos então a sociedade do descartável, que dispensa prematuramente muitas mercadorias antes enquadradas como bens duráveis.

É preciso ressaltar que esses objetos materializam-se através de recursos retirados da natureza e de trabalho humano, tornados obsoletos no prazo mais exíguo possível, para alimentar a cadeia de novos consumos, num processo de retroalimentação contínuo necessário ao capital.

A velocidade que vem tomando a degradação ambiental evidencia que os padrões de consumo e produção predominantes em países de economia consolidada, como os EUA, ou com expressivo crescimento econômico, como a China, expõem seus limites em relação aos próprios recursos naturais disponíveis. Mesmo considerando que a nossa sociedade é fundamentada na diferenciação social geradora de níveis de inclusão muito diversos no mercado de consumo, devem-se levar em conta as contradições que envolvem o atual modo de produção capitalista. Com a “produção em escala” aumenta o número de produtos disponíveis, bem como se deve considerar o alto nível de consumo de determinados segmentos sociais.

Depois de extensa análise da forma como ocorrem pressões sobre os recursos não reprodutíveis na atual sociedade industrial, Furtado finaliza com a seguinte reflexão:

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse

sistema. [...] O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. (FURTADO, 1974, p. 75, grifos do autor).

Para o autor, não é possível a generalização, em nível mundial, do padrão de consumo vigente nos países mais desenvolvidos, ao considerar-se que a maior parte da população mundial não compartilha desse nível de consumo e nem poderia, de fato, compartilhar.

O relatório “Nosso Futuro Comum”, mencionado anteriormente, foi elaborado a partir do diagnóstico sobre a maior interdependência entre as nações e a relação direta entre economia e ecologia. Nesse sentido, emerge como necessidade urgente, segundo tal documento, adotar políticas econômicas com resultados práticos que levem ao desenvolvimento sustentável.

A busca da constituição de um novo paradigma de desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável, será o pilar central das propostas de diversos organismos internacionais (capitaneados pela ONU) e ONGs.

A Rio 92 simbolizou a síntese das diversas discussões acumuladas, relativas ao meio ambiente e desenvolvimento mundial, com especial influência do relatório citado e de diversos eventos e seus respectivos tratados que antecederam a Conferência realizada no Rio de Janeiro. Para Porto-Gonçalves (2012a, p. 304) “Em todos os fóruns internacionais onde se debate a questão ambiental, os anos 1990 marcam uma inflexão em direção à lógica mercantil, à lógica empresarial.” A Rio 92 representa o exemplo mais evidente dessa afirmação, em um contexto mundial de recente pós dissolução da União Soviética e com o fortalecimento político-ideológico do liberalismo.

O Brasil foi selecionado para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92, que se tornaria a segunda grande reunião das Nações Unidas realizada para tratar de temas ambientais. A escolha do país para sediar o evento deu-se, em especial, pela devastação da Amazônia e pelo assassinato do líder sindical e ambientalista Chico Mendes, em 1988. Esses fatos foram intensamente divulgados pelos ambientalistas e serviram como argumento de convencimento

junto aos delegados presentes à Assembleia Geral da ONU, em 1989, que decidiu pela cidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2001, p. 107).

Essa conferência converteu-se em uma oportunidade de congregar várias questões de interesse ambiental, ao serem considerados os temas debatidos durante o evento, pela somatória de outros debates ocorridos nas reuniões preparatórias e, principalmente, pela expressiva participação de lideranças políticas. Na ocasião, 178 países estavam representados, dos quais 114 enviaram seus Chefes de Estado (CNUMAD, 2001).

A ampla participação dos "chefes de Estado" no evento já oferece indicativo da pluralidade de concepções, interesses, estratégias e articulações políticas que se formaram durante a conferência e, mesmo antes, nas reuniões preparatórias, com reflexos diretos nos protocolos assinados. Como esclarece Ribeiro (2001, p. 117), "Para cada documento produzido, [em termos de articulação política entre os países representados] uma dinâmica nova se apresentava. Os países marcavam posições de forma unilateral ou como blocos de países".

Simultaneamente ao evento oficial de caráter intergovernamental, ocorreu também na cidade do Rio de Janeiro, o "Fórum Global das ONGs", que reuniu aproximadamente 3 mil participantes de todo o mundo e resultou em diversos documentos finais. Os organizadores do fórum tinham a pretensão de converter-se em mecanismo de pressão sobre os representantes dos governos que participavam da conferência oficial.

Quanto à CNUMAD, sua principal meta norteadora era o estabelecimento de acordos internacionais que implicassem em maneiras de regulação do uso e da concepção dos recursos naturais. Os documentos oficiais aprovados nessa conferência foram: "Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento", "Convenção sobre Mudanças Climáticas", "Declaração de Princípios sobre Florestas", "Convenção sobre a Biodiversidade" e "Agenda 21".

A Agenda 21 e as dificuldades de formação de um fundo de financiamento internacional para programas ambientais

Destaca-se a Agenda 21 pelo fato de ser o documento frequentemente apontado como o de maior importância enquanto resultado da Rio 92 e, também, por ser o mais amplo. Além disso, como bem ressalta Becker (1995, p. 60), referindo-se à Agenda 21, “Entendidas como planos de ação, agendas são instrumentos de poder pelo fato de incluírem ou excluírem o que será discutido.” Ou seja, exerce influência na formação da “agenda” que orienta o debate internacional por parte de governos, instituições internacionais, ONGs, movimentos sociais, universidades e partidos políticos.

Este documento expressa o interesse pela busca do estabelecimento de um pacto social que procura reorientar o padrão de desenvolvimento atualmente em curso entre as diversas nações signatárias. Como suas orientações não têm um fundamento alicerçado na obrigatoriedade, a efetivação, mesmo que parcial, de suas diretrizes, dependeria da pressão social e política exercida pelos movimentos sociais e ONGs sobre os governos, os quais têm a prerrogativa e a estrutura econômica e funcional que permitiria perseguir os objetivos constantes na agenda.

A condição da Agenda 21, enquanto tributária das formulações constantes no relatório “Nosso Futuro Comum”, fica evidenciada ao se detectar em ambos os documentos a necessidade “[...] de que o desenvolvimento sustentável deve tornar-se um item prioritário na agenda da comunidade internacional.” (CNUMAD, 2001, p. 3).

Na Agenda 21 aborda-se a necessidade de constituição de fundos que financiariam a materialização dos seus objetivos, considerando que uma estratégia voltada para o combate à pobreza é requisito básico para a existência do desenvolvimento sustentável e isso demanda recursos. Essa matéria, até pela relevância, encontra-se já no preâmbulo do documento:

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 acerca do desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 2001, p. 3).

Ao final da agenda, os seus formuladores indicam o percentual desejável de repasse de recursos dos países desenvolvidos para os chamados países em desenvolvimento, em um esforço de garantir meios viáveis de efetivação das diversas propostas contidas no documento, em conformidade com o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre as nações.

33.13. Em geral, o financiamento da implementação da Agenda 21 deve vir dos setores públicos e privados de cada país. Para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos adiantados, a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) é uma fonte importante de financiamento externo, e serão necessários substanciais fundos novos e adicionais para o desenvolvimento sustentável e implementação da Agenda 21. *Os países desenvolvidos reafirmam seu compromisso de alcançar a meta aceita pelas Nações Unidas de 0,7 por cento do PNB para a assistência oficial ao desenvolvimento e, na medida em que essa meta não tenha sido alcançada, estão de acordo em aumentar seus programas de ajuda para alcançar essa meta o mais cedo possível e assegurar a implementação rápida e efetiva da Agenda 21. Alguns países decidiram ou combinaram alcançar essa meta até o ano 2000 (CNUMAD, 2001, p. 226, grifos nossos).*

A recomendação de atingir a meta de 0.7% do PNB (Produto Nacional Bruto), apresentada durante a CNUMAD, foi recuperada da Conferência de 1972 e, a despeito de a redação contemplar de forma vaga um “compromisso” sem garantias de adesão efetiva à meta estipulada de repasse de recursos para o financiamento das propostas previstas no documento para os países periféricos, esse ponto só constou na versão final da Agenda 21 depois de ultrapassada a resistência de alguns países desenvolvidos.

Como relata Soares (1992, p. 111), esta questão foi tão controversa que o acordo final só foi obtido nos últimos momentos da Conferência e motivou a inclusão no texto de níveis distintos de comprometimento. Assim, o texto assinala que alguns países concordaram em assumir o ano 2000 como prazo limite para cumprir a meta, ao mesmo tempo resguarda a posição isolada dos Estados Unidos, que se recusaram a assumir qualquer compromisso em torno da meta de 0.7%, tal como haviam feito em 1970, e simplesmente concordaram em fazer os “melhores esforços” para elevar seus níveis de *Official Development Assistance* (ODA), sem qualquer prazo ou percentual definido.

Ainda sobre os recursos adicionais a serem destinados para os países subdesenvolvidos, o conjunto de países que formava o G-77 (grupo que se contrapunha aos países desenvolvidos na arena de disputa da Rio 92) propôs que esses recursos deveriam ser canalizados para um fundo especial a ser criado, procurando, dessa forma, desatrelar os recursos da tutela do Banco Mundial, e possibilitar uma representação mais equilibrada e igualitária na sua gestão. Esta proposta foi rechaçada pelos países desenvolvidos ainda nas negociações que antecederam a CNUMAD-92, que visavam transformar o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF - *Global Environment Facility*), cuja gestão é controlada, sobretudo, pelo Banco Mundial, no único mecanismo multilateral apropriado para o financiamento de programas ambientais globais, o que garantia o controle desses países no processo decisório e na administração dos fundos (SOARES, 1992, p. 111-112).

Transcorrida mais de uma década, não é surpresa afirmar que a meta pretendida não foi alcançada e mesmo que poucos países desenvolvidos fizeram algum esforço no sentido de implementá-la. Como atesta Guimarães (2001), o seu resultado concreto pode ser avaliado como regressivo.

[...] cinco años después [da Rio 92], durante la Asamblea Especial de Naciones Unidas, convocada en 1997 para evaluar los progresos realizados desde Rio, la ayuda al desarrollo se había reducido aún más, a un porcentaje cercano a tan solo el 0.2% del PIB de los países desarrollados. Eso permite afirmar al discurso y al compromiso de recursos nuevos y adicionales para los países en desarrollo si contrapuso una realidad de menos recursos que aquellos existentes antes mismo de Estocolmo-72. (GUIMARÃES, 2001, p. 5).

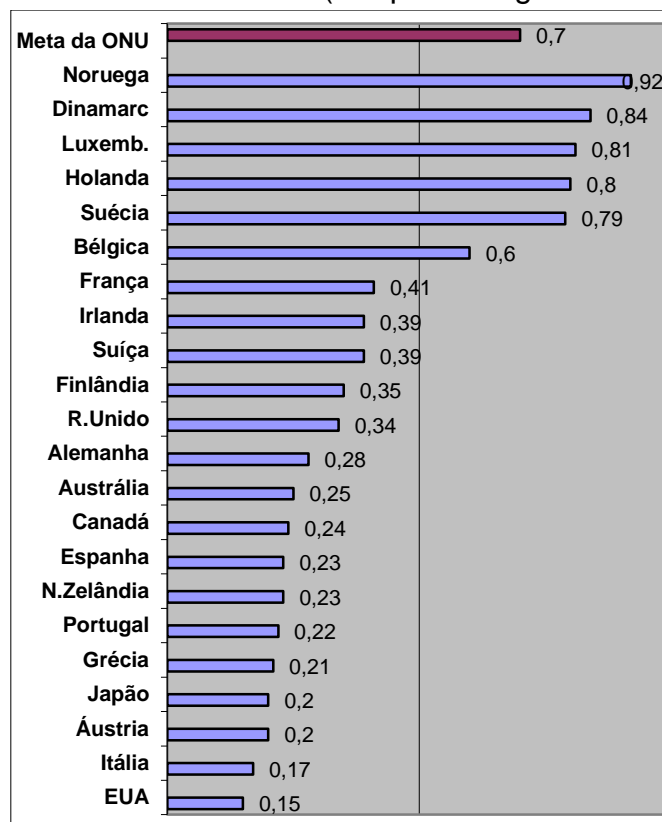
Pelo Gráfico 1 é possível acompanhar o quadro geral dos repasses de recursos feitos pelos países desenvolvidos às demais nações, revelando o grau de comprometimento de cada país com a meta fixada durante a CNUMAD-92 e expressa na Agenda 21. Fica evidente o descompasso entre o proposto e as ações concretas no sentido de atingir o objetivo, sendo que a maior parte dos países desenvolvidos ficou distante da meta estabelecida.

Os EUA são o país que mais repassa recursos, em valores absolutos, aos países subdesenvolvidos, mas, em valores proporcionais (conforme Gráfico

1) ao seu PNB, são os que menos contribuem. A título de exemplo, em 2003, os EUA destinaram US\$ 16,3 bilhões ao Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para doação ou empréstimo a países pobres. O valor representa 0,15% de seu PNB no ano, que atingiu US\$ 11 trilhões (COMBATE..., 2005). Caso houvesse o compromisso e o efetivo repasse de 0,7% do PNB americano gerado naquele ano de 2003, conforme solicitação do documento final da Rio-92, o valor destinado corresponderia a US\$ 77 bilhões.

Mais do que evidenciar o não-repasse dos recursos programados para o incentivo de um desenvolvimento "não predatório" nos países subdesenvolvidos, deve-se frisar que a atual dinâmica financeira global vem intensificando um fenômeno persistente de destinação final da riqueza produzida que é inversa a dos tratados da ONU, como a Agenda 21.

Gráfico 1 – Ajuda oficial dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento – 2003 (Em porcentagem do PNB).



Fonte: COMBATE... (2005).
Organização: pelo autor.

A afirmação anterior é baseada em alguns dados que comprovam o aumento da transferência de recursos financeiros dos países subdesenvolvidos em direção aos países desenvolvidos. Com isso, percebe-se uma inversão no mundo real daquilo que se apresentou como intenção na Agenda 21, como é demonstrado por Ricupero (2005), na passagem seguinte:

[...] a partir de 1998, as economias em desenvolvimento sofreram uma transferência líquida de recursos financeiros [direcionados para os países desenvolvidos] de um total astronômico de US\$ 1,234 trilhão. É a soma acumulada de sete anos sucessivos de transferências líquidas, que só fazem aumentar, dos US\$ 35 bilhões negativos de 1998 aos US\$ 312,7 bilhões, quase nove vezes mais, de 2004 (estimativa). (RICUPERO, 2005).

O contexto de flagrante descompasso entre o repasse de recursos sugeridos pelas Nações Unidas e o volume de capital drenado dos países subdesenvolvidos é demonstrativo das limitações encontradas para a aplicação efetiva das propostas contidas na Agenda 21, em especial a mais ambiciosa, que se refere à diminuição da pobreza. Tal avaliação é compartilhada por diversos analistas que comparam as proposições promulgadas na Rio 92 e a situação atual, como é o caso dos autores citados abaixo, ao fazerem um balanço até o ano de 2002, quando ocorreu a Rio+10, “Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável”, realizada em Johannesburgo, sob os auspícios das Nações Unidas.

Na realidade, entre 1992 e 2002, ocorreram paralisias e retrocessos nos compromissos multilaterais [...]. Ao contrário do que se previa em 1992, temas essenciais como o do financiamento e o da transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável ficaram sem resposta, e até mesmo agravaram-se, aumentando as tensões políticas entre os países economicamente desenvolvidos e os países em desenvolvimento. (CAMARGO; CAPOBIANCO; OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Observando o contexto político e geopolítico mundial, a situação de inoperância quanto ao repasse de financiamento próximo do patamar proposto pela Agenda 21 tende a agravar-se diante do cenário de crise

econômica/financeira que afeta as economias de países europeus e dos Estados Unidos desde 2008. Os sucessivos governos da principal potência econômica mundial, os EUA, encontram-se mais interessados em financiar guerras no Oriente Médio ou procurar administrar os "inadministráveis" déficit público e as crises correlatas.

Para Furtado, a Rio 92 se notabilizou pelo inédito reconhecimento, por parte das nações desenvolvidas, de que existe uma "fatura ecológica" a ser paga pelos países que, ocupando posições de poder, beneficiaram-se da formidável destruição de recursos não renováveis, ou somente renováveis a elevado custo, que está na base do estilo de vida de sua população e do modo de desenvolvimento difundido em todo o mundo por suas empresas (FURTADO, 1998, p. 65). No entanto, esse reconhecimento, feito com muitas reservas, não se materializou em ações mais significativas para a alteração do quadro social e ambiental mundial.

Quanto à Agenda 21, continua sendo uma fonte de referência que subsidia o debate acerca de questões envolvendo desenvolvimento e meio ambiente, tanto nas conferências internacionais (como a de Johannesburgo, em 2002, quando foram reiteradas as medidas propostas no documento), como nas iniciativas intranacionais. Conforme foi previsto na própria Agenda 21 global, no plano brasileiro tem-se a elaboração da Agenda 21 nacional e de Agendas locais, com a adesão de alguns municípios.

A Rio+10 e a Rio+20¹: encontros e desencontros marcados pelo ceticismo

Após um quadro amparado em prognósticos mais otimistas, que se seguiu à Conferência de Estocolmo (1972), os sucessivos megaeventos organizados pela ONU em Nairobi (1982), Rio de Janeiro (1992) e Johannesburgo (2002) assumiram uma trajetória descendente quanto às

¹ Nos últimos anos a ONU abriu várias frentes e ampliou o número de encontros internacionais que abordam diretamente a problemática ambiental de tal forma que se mostra inviável abordar o conjunto de iniciativas em um único artigo. Por isso a opção, nesse estudo, de finalizar com a apresentação da última grande Conferência internacional, a Rio+20. Para os leitores interessados em buscar informações mais recentes, sugere-se a consulta aos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", disponível no site da própria ONU, www.nacoesunidas.org/pos2015, que apresenta a "Plataforma Agenda 2030".

expectativas de resultados concretos mais favoráveis ao futuro do homem e do meio ambiente. O próprio secretário geral da ONU a época da Cúpula Mundial de Johannesburgo, Kofi Annan, reconheceu as dificuldades para que a Agenda 21 se torne um projeto viável e eficaz, como pode ser observado no informe com o sugestivo título: “El Programa 21 y el Desarrollo Sostenible – Un buen plan, una débil aplicación.” (NACIONES UNIDAS, 2002a).

Para reforçar a avaliação feita anteriormente, é sintomática a apresentação das metas resultantes da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, realizada no ano de 2002 em Johannesburgo, a Rio+10, todas amparadas em princípios humanitários e ambientais de grande valor moral. Selecionou-se algumas dessas metas, extraídas do documento final do evento (NACIONES UNIDAS, 2002b):

- A comunidade internacional das nações propõe-se a reduzir à metade, até o ano de 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a um dólar por dia;
- Reduzir à metade, antes do ano de 2015, a porcentagem de pessoas sem acesso à água potável ou que não podem pagá-la.
- Aprovar e colocar em prática políticas e medidas destinadas a promover modalidades sustentáveis de produção e consumo, aplicando o seguinte critério – quem contamina paga. Evitar a produção de dejetos ou reduzi-la ao mínimo e aumentar ao máximo a reutilização, o reciclado e o emprego de materiais alternativos inócuos para o meio ambiente.

Ainda segundo esse documento, para que esses objetivos e outros que constam na Cúpula sejam atingidos, torna-se necessário:

Establecer un fondo de solidaridad mundial para la erradicación de pobreza y promoción del desarrollo social y humano en los países en desarrollo [...] destacando al mismo tiempo el carácter voluntario de las contribuciones y la necesidad de evitar la duplicación con los fondos existentes de las Naciones Unidas” (NACIONES UNIDAS, 2002b, p. 9).

Sobre a meta para o repasse, reitera-se a indicação dos eventos anteriores: “Instar a los países desarrollados que aún no lo hayan hecho a tomar medidas concretas para alcanzar la meta de proporcionar el 0,7% de su producto nacional bruto como asistencia oficial para el desarrollo a los países en desarrollo.” (NACIONES UNIDAS, 2002b, p. 57).

Fica claro que a Cúpula de Johannesburgo orientou sua pauta para um conjunto de reivindicações amplas, abordando necessidades de cunho social e ambiental. Esta postura motivou críticas de setores ligados ao movimento ambientalista que consideraram, em uma avaliação estreita da complexidade do processo de relação atual entre sociedade e natureza, que o evento perdeu o foco do debate ambiental, dispensando esforços para questões pertinentes a outros tipos de fóruns, como o combate à Aids (HIV), trabalho infantil, etc.

Também desperta a atenção o retorno da antiga reivindicação da composição de fundos de financiamento compostos pela destinação de 0,7% do PNB dos países desenvolvidos para projetos ambientalmente sustentáveis nos países "em desenvolvimento", o que significa, implicitamente, o reconhecimento do fracasso da efetivação dessa proposta ao longo de décadas.

Mantendo a regularidade de promover a realização de uma megaconferência internacional a cada dez anos, após Johannesburgo tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2012, justamente para representar um contraponto com a Rio 92, por isso também conhecida como Rio+20. Nesse sentido, entre seus objetivos constava avaliar e verificar a viabilidade de renovar compromissos com o desenvolvimento sustentável assumidos pelos representantes dos governos presentes nos eventos anteriores.

Mais do que renovar os compromissos anteriormente assumidos, os documentos oficiais do evento apontavam para metas ambiciosas, como: "A Rio+20 é a oportunidade de modificar o paradigma financeiro tradicional e agir para acabar com a pobreza, lidar com a destruição do meio ambiente e construir uma ponte para o futuro." (Rio+20, 2012). A grande contradição é que o evento

foi "engolido" justamente pela crise que envolve o "paradigma financeiro tradicional", como abordaremos mais à frente.

Ainda conforme material de divulgação da Conferência:

As discussões oficiais focarão em *dois temas principais*: Como construir uma economia verde para alcançar o desenvolvimento sustentável e retirar as pessoas da pobreza, incluindo o apoio aos países em desenvolvimento, que os permitirá seguir o caminho verde para o desenvolvimento; e como melhorar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável (Rio+20, 2012, grifos dos autores).

A novidade deste evento se constitui na divulgação da chamada "economia verde", que mais aparenta ser uma estratégia de marketing para renovar o desgastado termo "desenvolvimento sustentável". Quanto ao tema "economia verde", sua fragilidade conceitual e principalmente de viabilidade concreta fica exposta por procurar soluções na esfera do mercado, um modelo que só resulta em mais desigualdade e, em épocas de crise, sem surpresa, temos a socialização dos prejuízos pelo conjunto da sociedade - quando o Estado é chamado para "recuperar" o sistema financeiro e adotar medidas de austeridade.

Após uma avaliação minuciosa da "Minuta Zero", documento base de negociação da Rio+20, o geógrafo Porto-Gonçalves (2012b) propõe:

[...] a prudência de substituir a presumida e auto-evidente idéia de "economia verde" por "desenvolvimento de práticas sustentáveis", caso contrário, estaríamos consagrando uma noção cheia de ambigüidades, sem nenhuma consistência científica ou filosófica, que só serviria para legitimar a abertura de mercados que, sob a lógica mercantil e num sistema de valores que se mede em termos quantitativos e, portanto, sem limites, tende a alimentar a tensão com a diversidade ecológica e cultural do planeta e da humanidade. Assim, consagrar esse termo é não só imprudente como um equívoco científico e filosófico.

Com o término da Rio+20, a avaliação geral dos seus resultados apresenta uma configuração bastante previsível que já despontava antes mesmo da sua realização. Apesar de algumas reservas quanto ao conteúdo do documento final por parte de algumas nações, os representantes oficiais das delegações dos 188 Estados-membros que se fizeram presentes, de forma

geral, divulgaram notas enaltecendo a importância do mesmo e procuraram repassar uma mensagem otimista quanto ao que foi deliberado no encontro. Mas, apesar da retórica diplomática e otimista que se apresenta nos documentos oficiais da ONU em situações como esta, houve a necessidade de reconhecer na resolução final denominada "O futuro que queremos" algumas limitações, inclusive para procurar conferir credibilidade diante das evidências. Conforme passagem extraída do referido documento:

Reconocemos que en los veinte años transcurridos desde la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo de 1992 los avances han sido desiguales, incluso en lo que respecta al desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Ponemos de relieve la necesidad de avanzar en el cumplimiento de los compromisos anteriores. También reconocemos que es necesario acelerar los avances hacia la eliminación de las diferencias entre países desarrollados y países en desarrollo, y crear oportunidades para lograr el desarrollo sostenible mediante el crecimiento económico y la diversificación, el desarrollo social y la protección del medio ambiente, y aprovechar las existentes. (NACIONES UNIDAS, 2012b, p. 05)

Por sua vez, os ambientalistas, de maneira predominante, demarcaram posição crítica e demonstraram desapontamento com os resultados da Conferência no Brasil. A avaliação da ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, permite sintetizar a crítica feita ao final pelos ambientalistas, "A crise econômica está sendo privilegiada [na negociação]. O documento [final] é uma pá de cal na Rio+20". (DOCUMENTO..., 2012).

A ex-ministra apenas exteriorizou o que era corrente muito antes de acontecer o evento e que ficou evidente durante o mesmo, apesar das notas oficiosas dos diplomatas tentarem criar uma cortina de fumaça sobre o ponto central que era o seguinte: os centros econômicos do capitalismo mundial, entenda-se Estados Unidos e Europa Ocidental, passam por grave crise econômica e financeira, em uma dimensão sem precedente desde a década de trinta do século passado. Nesse contexto, as questões socioambientais não ocupam (mesmo em outros momentos mais favoráveis nunca ocuparam) uma posição prioritária na agenda internacional de fato, para além da retórica. Pelo contrário, a articulação de consensos mínimos quanto aos desafios relacionados

aos problemas socioambientais, que sempre encontrou grandes resistências, em momentos de extrema crise é projetada para a periferia do círculo das prioridades.

Mesmo o documento publicado ao final da Rio+20 não pode deixar de mencionar as adversidades adicionais que trouxeram mais dificuldades para a implementação mínima de suas propostas, ao reconhecer que:

[...] desde 1992, en algunos aspectos de la integración de las tres dimensiones del desarrollo sostenible, los avances han sido insuficientes y se han registrado contratiempos, agravados por las múltiples crisis financieras, económicas, alimentarias y energéticas, que han puesto en peligro la capacidad de todos los países, en particular de los países en desarrollo, para lograr el desarrollo sostenible. (NACIONES UNIDAS, 2012b, p. 06)

Nesse sentido, a Rio+20 estava condenada antecipadamente a se tornar um evento esvaziado e desacreditado quanto aos seus resultados práticos. Considera-se que esse fracasso antecipado que resultaria apenas em um teatro que traria desgaste político pode ser verificado pela ausência na Rio+20 do presidente Barack Obama, e simbolizado não só pela também ausência da premier alemã Angela Merkel, mas pelo fato desta última ter optado por comparecer a um jogo de futebol entre Alemanha e Grécia, no mesmo dia em que ocorria a abertura da Rio+20 no Brasil.

Considerações Finais

Mesmo reconhecendo que as conferências apresentadas podem significar residualmente algum ganho em casos específicos - avanços na legislação ambiental; investimento em projetos bem-sucedidos na escala local; alerta sobre a gravidade de determinados problemas - suas proposições não alcançam o nível de integração, articulação e resultados palpáveis em grande escala, mesmo quando essas proposições são modestas, em face da urgência da crise humana e ambiental em nossa época.

Como bem resume Mészáros (1987, p. 24) "Montanhas estão em trabalho de parto e nasceu um rato: as superinstituições de controle ecológico

exibem resultados bem mais modestos do que a retórica da sua autojustificação: nominadamente, Ministérios para Proteção das Amenidades da Classe Média.”

Mas, ao final, não deveria nos causar surpresa essa situação de "imobilismo", tanto em razão do papel restrito que a ONU possui nas decisões com repercussão na estrutura de "governança global", mas, principalmente e inclusive refletindo na primeira, em razão de estar impedida de ser um vetor de mudanças radicais no plano internacional.

Em nossa época, a preocupação com temas identificados com a proteção da natureza foi alçada, ao menos no plano dos discursos e intenções, ao topo da agenda do debate internacional, com participação de setores da sociedade civil nucleados na forma de ONGs, de órgãos de Estado e de instituições multilaterais como a ONU, principal promotora de eventos e documentos oficiais ligados ao assunto.

O contexto que encerra a valorização das causas ambientais é amplo e complexo, mas é possível destacar o aumento excessivo no nível de exploração dos elementos naturais, norteado por uma forma hegemônica de organização social que prioriza as necessidades e a lógica do capital.

Quanto às tentativas de "correção de rumo" divulgadas nas conferências da ONU, a impressão é que, a cada evento, o destaque maior fica por conta da avaliação do que deixou de ser feito no transcurso de uma década entre um encontro e outro. Os avanços, quando ocorrem, pautam-se por um ritmo lento, em total dissonância com a urgência resultante da contínua aceleração dos problemas sociais e ambientais do planeta. Serres utiliza-se de uma metáfora exemplarmente aplicável para a situação:

Podemos certamente tornar mais lentos os processos já lançados, legislar para consumir menos combustíveis fósseis, replantar em massa as florestas devastadas [...] todas iniciativas excelentes, mas que, no total, levam à imagem do navio correndo a 25 nós em direção a uma barreira rochosa onde infalivelmente ele baterá e sobre cuja ponte o oficial superior recomenda à máquina reduzir um décimo de velocidade sem mudar de direção. (SERRES, 1991, p. 43).

Ao fazer um paralelo entre a Rio-92 e os outros eventos internacionais posteriores, percebe-se que, apesar de certo desapontamento com o limitado avanço em alguns assuntos em pauta no primeiro encontro mencionado, este

representou, de maneira geral, um momento de otimismo e de expectativas favoráveis quanto à adoção e implementação de medidas que conduziriam as nações a uma situação melhor no futuro. Passada mais de uma década da realização dessa megaconferência, a percepção dos analistas e participantes dos encontros seguintes, como a Rio+10 e Rio+20, reveste-se de maior ceticismo, avaliando que a situação social e ambiental no nosso planeta sofreu mais retrocessos do que ganhos efetivos nesses últimos anos. O descrédito que acompanha esse tipo de evento promovido pela ONU pode ser dimensionado pelas reiteradas aspirações que constam em seus documentos finais que projetam as possibilidades de avanços mais palpáveis sempre para o futuro, como é o caso da constituição de um patamar para o auxílio financeiro aos países "menos desenvolvidos".

Reconocemos que es crucial que se respeten todos los compromisos relacionados con la asistencia oficial para el desarrollo, como los contraídos por numerosos países desarrollados de alcanzar, para 2015, el objetivo de dedicar el 0,7% del producto nacional bruto a la asistencia oficial para el desarrollo de los países en desarrollo [...] (NACIONES UNIDAS, 2012b, p. 55)

Para o leitor desatento, alerta-se: a passagem anterior não é uma reprodução retirada do documento final de Johannesburgo (2002), ou da Rio 92, ou da Conferência de 1972, mas sim da Rio+20 (ano de 2012), que de maneira monocórdica insiste na viabilização de alguns instrumentos que permitam oferecer maior confiabilidade nas bem-intencionadas propostas conferidas em seus documentos, tornando-os mais propositivos. Mas, como procurou-se demonstrar neste artigo, quando uma proposta básica vem sendo reiterada desde o encontro de 1972, sem desdobramento efetivo, as dificuldades parecem tomar uma dimensão intransponível e a credibilidade de sua efetivação fica comprometida.

É necessário reconhecer que o contexto desses grandes eventos, e seus resultados em forma de planos de intenções, caracteriza-se por uma reduzida margem de manobra que leve aos fins preconizados. Nem poderia ser diferente, pois os interesses econômicos predominam e comandam toda a estrutura decisória desta organização internacional, e cada parágrafo de

qualquer documento emitido passa pelo crivo dos representantes desses interesses.

A arena do debate e das representações nessas conferências ressalta os interesses envolvidos pelos vários Estados-nações, mas é preciso destacar que, em essência concreta, trata-se de entender as estratégias tomadas por parte dos grandes conglomerados financeiros e industriais defendidos pelos representantes de plantão no corpo político do Estado.

O principal impasse encontra-se no fato da ONU lançar o objetivo de apenas atenuar os efeitos “danosos ao meio ambiente” resultantes do capitalismo, ou, quem sabe, conciliar a busca da ampliação de capital com a preservação ambiental em todas as escalas, tornando-a um negócio rentável.

A superação dos problemas ambientais e sociais indicada por esses fóruns se dá, por um lado, insistindo na tentativa de constituir um fundo financeiro que viabilize projetos nos países subdesenvolvidos, mas que não consegue a adesão de importantes potências econômicas. Por outro lado, apresenta como alternativas mecanismos cada vez mais diretamente associados ao mercado. Nesse sentido, vale a consulta ao livro de Porto-Gonçalves (2012a) que contribui com a reflexão sobre como as grandes corporações transnacionais, as grandes ONGs e os gestores dos organismos multilaterais (como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio) passaram a ter uma participação ativa no desenho de uma “ordem ambiental neoliberal”. De acordo com essa “ordem” os avanços serão alavancados pela implementação de instrumentos como o Mecanismo de Certificação Florestal (MCF) ou então o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no qual se destaca o crédito de carbono, denominado Redução Certificada de Emissão (RCE), entre outras ações apropriadas à formatação das regras do mercado e que encontram nos fóruns internacionais sobre meio ambiente, em especial a partir dos anos 1990, um espaço apropriado de aceitação e ressonância no plano mundial.

A contradição explícita está na tentativa de superação dos problemas de ordem ambiental sem apontar para uma radical revisão da atual composição societária, reservando-se, quando muito, a reivindicar apenas “correções de rumos” nos projetos econômicos.

Referências

BARBIERI, José C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Berta K. et al. (Orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora HUCITEC; Comissão Nacional do Brasil da UGI, 1995, p. 46-64.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Orgs.) **Meio ambiente Brasil**: avanços e obstáculos pós-Rio 92. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

COMBATE à miséria – Bush e Blair têm pacto para perdoar dívidas. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mundo. 11 de junho de 2005.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). **Agenda 21**. Curitiba: IPARDES, 2001.

FURTADO, Celso. **Folha de S. Paulo**. A fantasia desfeita, 21 nov. 2004.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

DOCUMENTO final da Rio + 20 privilegia a economia, diz Marina Silva. **G1 Globo.com RJ**. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/documento-final-e-pa-de-cal-na-rio20-diz-marina-silva.html>> Acesso em: 20 ago. 2012.

GUIMARÃES, Roberto P. La sostenibilidad del desarrollo entre Rio 92 y Johannesburgo 2002: eramos felices y no sabíamos. **Ambiente e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Ano IV, n. 9, p. 5-24, 2º sem. 2001.

KURZ, Robert. O desenvolvimento sustentável da natureza. **Folha de São Paulo - Caderno Mais**, 06 out. 2002, p.10-11.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Livro Primeiro, vol. I, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

NACIONES UNIDAS. El Programa 21 y el Desarrollo Sostenible – Un buen plan, una débil aplicación, jan. 2002a. Disponível em: <www.un.org/spanish/conferences/wssd/resumen.htm>. Acesso em: 30 mar. 2011.

NACIONES UNIDAS. Informe de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible. Johannesburgo (Sudáfrica), 26 ago. a 4 sep. de 2002b. Disponível em: <www.daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/636/96/PDF/N026396.pdf?OpenElement> Acesso em: 30 mar. 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.

_____. Sustentando a insustentabilidade: Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. **EcoDebate**, 2012b. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociacao-da-rio20-por-carlos-walter-porto-goncalves/>> **Acesso em: 02 set. 2012.**

_____. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio et al. (Org.) **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 309-333.

RICUPERO, Rubens. O triunfo de Drácula. **Folha de S. Paulo**. Caderno Dinheiro. 30 jan. 2005.

RIBEIRO, Wagner C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, José B. da; LIMA, Luiz C.; DANTAS, Eustógio W. (Org.) **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: ANPEGE - Ed. Annablume, vol. 2, 2006, p. 77-100.

RIO+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. **O futuro que queremos** - cartilha de divulgação. 2012. Disponível em <www.rio20.info> Acesso em: 19 ago. 2012.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SOARES, Maria C. C. A conferência da ONU e o financiamento para a Agenda 21. In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992, p. 108-114.

VIOLA, Eduardo. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, UNICAMP/Nepam – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. Ano I, n. I, p. 5-25, 2º sem. 1997.